

UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA
SOCIOLOGIA

LUCAS KEIJI MAEDA

A SOCIOLOGIA DOS INTELLECTUAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Brasília, fevereiro de 2017

LUCAS KEIJI MAEDA

A SOCIOLOGIA DOS INTELLECTUAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Monografia apresentada ao curso de Sociologia da Universidade Federal de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Sociologia, orientado pelo Prof. Dr. Carlos Benedito Martins.

Brasília, Fevereiro de 2017

A SOCIOLOGIA DOS INTELLECTUAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES

LUCAS KEIJI MAEDA

Monografia defendida e aprovada, em (*data da defesa*), pela banca examinadora:

Professor Doutor (Nome do Orientador)

Orientador

Professor Mestre (Nome do Primeiro Avaliador)

Professor do curso de...

Professor Especialista (Nome do Segundo Avaliador)

Professor do curso de...

Dedico este trabalho aos meus pais, meu irmão, meus amigos, professores e a todas as pessoas que me ajudaram na minha formação como ser humano que me vejo hoje.

"É preciso que eu suporte duas ou três larvas se quiser conhecer as borboletas".

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

O presente trabalho expõe uma breve revisão sobre as versões do campo da sociologia dos intelectuais. Apresenta a contribuição de determinados autores que foram fundamentais para a construção desse campo de pesquisa. Coloca em tela certas mudanças que estão ocorrendo nesse campo de estudo.

Palavras-chave: sociologia dos intelectuais, sociologia, campos de estudo da sociologia.

ABSTRACT

The present work presents a brief review on the versions of the field of intellectual sociology. It presents the contribution of certain authors who were fundamental to the construction of this field of research. It puts certain changes that are occurring in this field of study on screen.

Keywords: Sociology of intellectuals, sociology, fields of study of sociology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I
A construção da Sociologia dos Intelectuais em Antonio Gramsci, Charles Mills Wright e Karl Mannheim.....	22
CAPÍTULO II
Contribuições para a sociologia dos intelectuais de Michel Foucault e Pierre Bourdieu	37
CAPÍTULO III
Comunidades Epistêmicas e a Sociologia dos Intelectuais.....	45
CONCLUSÃO	50
BIOGRAFIA	53

INTRODUÇÃO

CONTEXTO DO OBJETO DE ESTUDO:

Nessa primeira parte procura-se apresentar um panorama geral sobre algumas tendências no interior da sociologia do conhecimento. Posteriormente o trabalho concentra a atenção nos autores: Mannheim, Gramsci, Mills, Bourdieu e Foucault. Na parte final, o trabalho apresenta brevemente a contribuição da comunidade epistêmica para a sociologia dos intelectuais.

A sociologia do conhecimento é um campo de estudo que tem como foco compreender a produção, origem e a continuidade do conhecimento nas sociedades. Meu interesse pela sociologia do conhecimento veio pela leitura de Peter Berger e Thomas Luckmann na qual os autores reconstroem a trajetória da sociologia do conhecimento. Para eles, a sociologia do conhecimento centrou em grande parte o seu interesse nas ideias e/ou ideologias deixando de lado as representações comuns que os indivíduos realizam na sociedade. Na obra “A construção social da realidade”, os autores identificam o conhecimento como realidades que estão presentes na vida cotidiana. Trata-se das formas de realidades socialmente construídas pelos indivíduos que compõe a realidade social, sejam elas científicas pré-científicas ou não científicas. Sobretudo, focaram-se à realidade construída pelo senso comum. (BERGER e LUCKMAN, 2004, p. 35)

A partir das contribuições de Berger e Lukmann a sociologia do conhecimento foi se desenvolvendo, expandindo-se para a análise de diversas formas de produção do conhecimento. Dentro desse campo de estudos, há subcampos como a sociologia dos intelectuais, sociologia das ideias, estudos da ciência e tecnologia e comunidades epistêmicas.

Desse modo, a própria sociologia do conhecimento foi se ramificando em subcampos nos quais buscam compreender a origem e o desdobramento do conhecimento na sociedade. Um desses subcampos, é a sociologia dos intelectuais, tendo como objeto de estudo as influencias, as inspirações (contexto político, econômico, cultural e histórico) sobre a construção que os atores realizam sobre as ideias, suas intervenções na sociedade a partir de suas intervenções, e as consequências na dinâmica das sociedades.

Na sociologia do conhecimento, uma das maiores questões colocadas é “como os tipos de organização social tornam possível o ordenamento de todo o conhecimento?”¹ (ANN

¹ “*how kinds of social organization make whole ordering of knowledge possible?*” (tradução autoral).

SWIDLER, 1994, p. 305) buscando compreender como o conhecimento – tanto o formal quanto o informal – é incorporado e reproduzido na sociedade.

A sociologia clássica dos intelectuais que se perdurou até por volta dos anos 80 percorreu três vertentes e/ou tradições nas quais são: “Teoria de Classe”²; “Teoria dos Intelectuais Sem-Classe”³; “Os Intelectuais como uma Classe”⁴.

A primeira vertente que vincula os intelectuais a uma classe –Teoria de Classe – foi moldada em larga medida pela contribuição dos autores marxistas. Se debruçava no “porquê os intelectuais fazem o que fazem” (BRYM, 2015, p. 277) assumindo os intelectuais como instrumento a uma classe social em específico, atores que possuíam trabalhos de impacto social. Para Karl Marx e Fredrich Engels os intelectuais –*petitebourgeoisie* – seriam atores fundamentais para a construção da ideologia do proletário para o capitalismo. (BRYM, 2015, p. 278).

Antonio Gramsci, um dos autores dessa vertente, assumia, que cada classe social produz os seus intelectuais de forma orgânica. Em outras palavras, cada classe social produz sua forma de intelectual. No contexto da dominação burguesia, os intelectuais nessa versão tinham a função de manter a ideologia apropriada para a estrutura capitalista. Por outro lado, no contexto do proletariado e demais grupos sociais, os intelectuais possuem o papel de operar a “organicidade de pensamento” dessas coletividades, atuando sobre essa ela e as ensinando a unir a teoria –visão de mundo – com a política. (DURIGUETTO, 2014, p. 276) . Ademais, os intelectuais orgânicos se deparam com os intelectuais tradicionais (clérigos, juristas, escritores dentre outros) que buscam uma continuidade da sociedade, ignorando, de certo modo, a luta de classes. (KURZMAN e OWENS, 2002, p. 66)

A segunda vertente – “*Teoria sem-Classe*” ou sem classe – por sua vez, adota a perspectiva que os intelectuais não fazem parte de uma classe social em específico. Eles seriam indivíduos que agem conforme suas convicções de forma independente e autônoma.

Karl Mannheim se destaca nessa segunda vertente por postular que os intelectuais não estariam firmados na ordem social em classes sociais específicas. Em outras palavras, não

² Teoria de classe, adotava que os intelectuais pertenciam a uma classe em específico. Compreendido no inglês como Class Theory ou Class-Bound.

³ Teoria dos intelectuais sem classe, assumia que os intelectuais não pertenciam a nenhuma classe social. . Compreendido no inglês como Classlessness.

⁴ Teoria dos intelectuais como uma classe por si só, postula que os intelectuais agem como uma classe social específica em constante mudança. Class-in-themselves

assumem uma posição determinada para o funcionamento da sociedade a partir de sua relação com classe social. (KURZMAN e OWENS, 2002, p. 67)

Mannheim não acreditava no fato de um intelectual ter nascido em uma determinada classe social que ele iria defende-la automaticamente. Postulava que dependendo do processo de socialização e educação que o intelectual percorria, poderia, inclusive, questionar os valores de sua classe de origem. Contudo, pelo fato de cada intelectual assumir sua perspectiva de mundo, ele estaria numa posição indefinida, e não pertencendo necessariamente a nenhuma classe social. Por fim, exatamente por assumirem essa posição abissal na sociedade, os intelectuais teriam como “missão” encorajar um entendimento mútuo entre as visões de mundo proveniente de diversas classes sociais, contribuindo para a promoção de consenso. (KURZMAN e OWENS, 2002, p. 67)

A terceira vertente da sociologia dos intelectuais – os intelectuais como uma classe unida – pressupõe que eles constituem uma classe social própria e/ou específica. Alvin Gouldner definiu como a “nova classe emancipatória”; Barbara Ehrenreich e John Ehrenreich postularam como sendo a nova “classe profissional administrativa”; Irving Kristol chamou os intelectuais como a nova “classe de trabalhadores desconhecimento”. (BRYM, 2015, p. 278)

Nessa direção Talcott Parsons assinalava que cada intelectual sua autonomia de pensamento e de atuação na sociedade. Por assim, esses indivíduos, na perspectiva parsoniana, possuiriam a capacidade de desenvolvimento de críticas sociais, de inovações, e de perspectivas mais amplas sobre a realidade. Além de uma potencialidade criativa de modelar e influenciar as massas sociais. Os intelectuais, portanto, seriam pessoas responsáveis em manter as funções sociais atuais, concentrados nos sentidos do sistema simbólico, com as interações sociais e conflitos entre os grupos sociais. Não estando necessariamente em algum cargo ou papel social de controle de poder ou econômico. (KURZMAN e OWENS, 2002, p. 68)

Outro autor que compartilhava essa vertente, Edward Shils postula que os intelectuais lidam frequentemente com uma situação de alienação entre a relação da universalidade ideal e o senso comum. Assim, faria parte da natureza do intelectual o conflito do conhecimento contra seus valores pessoais. Afirma também que muitos intelectuais adotam papéis sociais fundamentais, altos cargos da administração governamental, por exemplo. Logo, seriam atores de grande impacto e impulsores de mudanças sociais. (KURZMAN e OWENS, 2002, p. 69)

Um dos principais autores, Randall Collins, afirma que os intelectuais possuem uma autonomia em especial. Em sua análise adota duas premissas, “a primeira seria que os intelectuais possuem um desapego pelos interesses comuns”, e que o “discurso intelectual foca-

se implicitamente em sua autonomia a partir das preocupações externas e de sua consciência reflexiva de si mesmo.”⁵ (KURZMAN e OWENS, 2002, p. 73-74) Porém, o autor salienta que os fatores externos reorganizam o formato das ocupações intelectuais, modificando as relações e estruturas de network, configurando novas alianças e oposições. O autor descreve dois padrões que se formam a partir do contexto que determina a operação das carreiras dos intelectuais. A primeira, se prende a “lei do pequeno número”⁶ que limita quantas posições podem receber atenção generalizada. A segunda como um agrupamento de criatividade contemporânea na qual filósofos de nível similar de eminência criativa tendem a se agrupar nas mesmas gerações. Collins em sua análise, foca na importância da rivalidade entre as relações de networks dos intelectuais e na “energia emocional criativa” – o núcleo central das relações de network que circulam todos contatos realizados – provocando o debates e inovações. (*Idem.* p. 74).

Lewis Coser, outro autor importante a destacar dessa corrente, fez um estudo empírico sobre o intelectual como classe social. Assinalou que os intelectuais desenvolvem seus trabalhos em espaços físicos específicos como cafés ou sociedades científicas onde mantém como ponto de encontro com outros intelectuais. Para ele os intelectuais encontram-se fragmentados em instituições, campos de pesquisas, governos, fundações e mídias diferentes, mesmo assim compartilham um conjunto de valores comuns. Consolidados dentro de um mesmo paradigma, dentro de uma mesma lógica estrutural e, muitas das vezes, engajados nos mesmos ideais. (KURZMAN e OWENS, 2002, p. 71)

Outro autor significativo nessa terceira vertente, Alvin Gouldner, adota a perspectiva dos intelectuais como classe universal, substituindo o proletariado. Divide a classe dos intelectuais em dois tipos, os críticos e os técnicos intelligentsia (pessoas envolvidas em trabalhos complexos e criativos voltados para o desenvolvimento e disseminação da cultura). Portanto, seria uma nova classe tensionada entre aspirações universais e interesses particulares. (KURZMAN e OWENS, 2002, p. 71-72) Contudo, os intelectuais seriam pessoas autônomas com interesse e opiniões pessoais diferentes que agem como grupos para o exercício de criação de conhecimento.

⁵ Tradução autoral.

⁶ Law of small numbers. (tradução autoral)

Por fim, a escola da Teoria dos intelectuais como Classe define os intelectuais como uma classe autônoma e sólida.

Por fim, essas três escolas se dividem entre clássicos e modernos. Os primeiros não apenas buscavam identificar a posição do intelectual na sociedade como os caracterizavam como indivíduos *sui generes*, articuladores e manipuladores de símbolos, construtores de conhecimentos abstratos, possuidores de valores universais e civilizatórios e como grandes peças para a luta de classes. Por outro lado, os modernos buscavam identificar a intervenção dos intelectuais na sociedade e como a fazem. Contudo, caracterizam os intelectuais, sobretudo, como construtores de cultura, agentes de grande impacto no conhecimento na sociedade.

Nos no final do século XX, os estudos sociológicos sobre os intelectuais passaram a focar na dinâmica estrutural dos intelectuais, seus campos e meios de atuação. (EYAL, 2010, p. 124). Nessa renovação da linha de estudo do campo dos intelectuais Michael Foucault desenvolve reflexões que tiveram muito impacto nesse campo de estudo, formulando dois conceitos para explicar a transformação do intelectual na sociedade contemporânea. Para o autor há dois tipos de intelectuais: (1) os universais, que se proclamam possuidores de conhecimentos universais, representantes de reivindicações de grupos ou de parcelas na sociedade, criando mecanismos sociais para reverter seus discursos em impactos sociais. (2) O segundo tipo seriam os intelectuais específicos nos quais se debruçam em temas particulares, são os cientistas-peritos, possuidores de conhecimentos específicos e técnicos. (EYAL, 2010, p. 119)

De acordo com Michel Foucault, cada intelectual costumava a se debruçar no exercício epistemológico do saber, questionando as verdades em situações socioeconômicas, contextos históricos e territoriais diferentes. Outrossim, o intelectual moderno não seria mais um conhecedor de temáticas universais, mas alguém que se ocupa em uma temática específica com maior capacidade de questionar os paradigmas convencionais postulados pela superestrutura. (KURZMAN e OWENS, 2002, p. 70) (EYAL, 2010, p. 119)

O autor que mais contribuiu nos estudos contemporâneos dos intelectuais seria Pierre Bourdieu no qual procura situar o intelectual nos diferentes campos que sustentam a cultura, ou seja, os intelectuais no campo da ciência, da arte, da moda, da política. Salienta que cada um desses campos funciona em termos de relação de forças em função de formas específicas de capital. Procura romper com uma visão encantada do intelectual, enquanto portador de verdades universais, e o situa no terreno de cada um desses campos, tentando captar as representações encantadas que os intelectuais produzem de si mesmos. Mais adiante, procurarei explicitar essa concepção numa obra específica, o “Homo Academicus”. Contudo, o autor assumi que os

intelectuais possuem seus próprios *habitus*, normas de comportamento e estrutura lógica em função dos campos específicos nos quais atuam. Nesses campos a luta por *reconhecimento simbólico* é travada, comandadas pelos pesos específicos de capitais simbólicos, sociais, econômicos e cultural em cada campo. (KURZMAN e OWENS, 2002, p. 78)

No entanto, Bourdieu afirma que por mais que os intelectuais possuam e ajam de forma individual, ainda assim, pertencem a um grupo organizado dentro de uma determinada lógica de funcionamento. Construindo e formulando trabalhos em conjunto, fazendo intervenções coletivas na sociedade. (KURZMAN e OWENS, 2002, p. 79) Em determinados trabalhos em sua autoria como as “Regras da Arte”, Bourdieu formula o conceito de intelectual coletivo enquanto um grupo capaz de defender a autonomia do campo intelectual e de denunciar o desmonte do Estado, providencia seu estudo em várias sociedades europeias destacadamente na França.

Recentemente, as novas tendências no interior da sociologia dos intelectuais não buscam mais identificar a qual classe social o intelectual pertence. O foco se resume no como os intelectuais realizam suas intervenções na sociedade.

*A nova sociologia do conhecimento*⁷ tem como foco “em mulheres e homens que especializam na produção da cognição, avaliação, e expressão e exames do processo social pela qual suas ideias... emergem, desenvolvem, e mudam”⁸ (CAMIC, 2001, p. 236). Essa proposta busca compreender os condicionantes que levam os intelectuais a produzirem conhecimento, tendo um objeto de estudo orientado para o conhecimento formal. Ademais, toma o conceito formulado por Edward Shils de intelectual, “como sendo aquele com uma sensibilidade incomum ao sagrado, uma flexibilidade incomum sobre a natureza de seu universo e das regras que governam a sociedade”⁹ (CAMIC, 2001, p. 241). Entendendo que os intelectuais, de modo geral, são pessoas com um potencial de ver e compreender o mundo de formas diferentes, criadores de ideias e de novas visões de mundo. Deve-se assinalar que a sociologia dos intelectuais vem mantendo relações com outros campos correlatos tal como a sociologia da ciência e tecnologia.

⁷ “*The New Sociology of Ideas*” (tradução autoral)

⁸ “*on women and men who specialize in production of cognitive, evaluative, and expressive ideas and exams the social processes by which their ideas...emerge, develop, and change.*” (tradução autoral)

⁹Tradução autoral.

Contudo, a sociologia dos intelectuais deu abertura para o estudo de outros campos relacionados com a temática.

Um desses estudos seria na área da ciência e tecnologia no qual foi intensificado com o Programa Forte formulado pelo escocês David Bloor. O programa define a ciência como uma representação coletiva autônoma capaz de produzir representações explicativas sobre o real. Adotando como primazia o fato de que tal produção de conhecimento foi produzida dentro de um contexto socioeconômico e cultural específico que privilegia (seleciona) determinadas teorias ao em vez de outras. Desse modo, Bloor formula a teoria dos interesses na qual assume que toda teoria científica é legitimada de acordo com os interesses sociais, econômicos, políticos e culturais, ou seja, os conceitos e teorias são negociados por grupos que buscam alcançar determinado interesse. Portanto, toda forma lógica, paradigmática e epistemológica foram ideias negociadas por grupos de interesse.

Ademais, outros autores adentraram nessa problemática, mas questionando o aspecto analítico hermenêutico das experiências e produção de conhecimento científico. Bruno Latour identificou que há uma variação na ordem dos objetos usados em experimento no que acarreta em mudanças no resultado, chamando os de inscrites (elementos da montagem de aparelhos que transformam objetos materiais em uma figura). Portanto, Latour desenvolve um esquema explicativo da relação entre humanos e não humanos na produção do conhecimento científico. (LATOURE, 1996)

Outro campo seria o “*governmentality*” no qual analisa como o exercício do poder influencia no conhecimento e vice-versa. Ademais, busca identificar o como o conhecimento age sobre a esfera pública. (EYAL, 2010, p. 128)

Outro subcampo vem se desenvolvendo, chamado “comunidades epistêmicas”. Se propõe em analisar em como as ideias penetram e influenciam a as relações internacionais. Focando nas condições para intervenções intelectuais efetivas, produzindo expertise e conhecimento técnico e teórico para as políticas públicas. Estudando as formas de interação e relacionamentos traçadas nas redes de pesquisas e network. (EYAL, 2010, p. 129)

Contudo, esse trabalho busca apresentar de forma abreviada determinadas contribuições dos autores Gramsci, Mills, Mannheim, Foucault e Bourdieu da sociologia dos intelectuais e como ela está presente na ciência no século XXI.

No primeiro capítulo abordarei a sociologia dos intelectuais clássica em Gramsci, Mills e Mannheim.

No segundo capítulo apresentarei as novas contribuições para a sociologia dos intelectuais de Foucault e Bourdieu.

Por fim, concluirei sobre as comunidades epistêmicas, sua teoria e suas contribuições para a sociologia dos intelectuais.

Capítulo 1

A construção da Sociologia dos Intelectuais em
Gramsci, Mannheim e Mills.

1. O intelectual orgânico.

Gramsci desenvolve, em sua obra – Cadernos de Cárcere – o conceito de intelectual, a respectiva posição e função face à sociedade.

À priori, Gramsci define o intelectual como sendo: todo ser humano que identifica e critica alguma “concepção de mundo” no meio em que se insere, capaz de construir uma nova “concepção de mundo”. Dessa forma, o intelectual é caracterizado por ser um sujeito apto a criar uma nova teoria e pô-la em prática (DURIGUETTO, 2014, p. 275). Portanto, todo ser humano é (ou pode vir a ser) um intelectual, mas apenas alguns exercem a função de intelectual (MARTINS, 2011, p. 134).

Tal função, postula o autor, que advém de uma natureza histórico social relacionada a construção de um grupo social e sua luta pela hegemonia na superestrutura. Logo, entende-se a função do intelectual como um agente de uma classe social. Sendo, assim, uma peça fundamental para a sustentação da classe. (DURIGUETTO, 2014, p. 278)

Portanto, o intelectual atua em prol de uma classe específica. Edificando-a na construção de uma “concepção de mundo”, que guie e justifique seus atos. Assim, Gramsci conceitua dois tipos de intelectuais: os tradicionais e os orgânicos. Os primeiros se diferenciam por ser caracterizados pela autonomia e independência do grupo social hegemônico devido a suas “qualificações” e “continuidade histórica”. Esses seriam os eclesiásticos, teóricos e filósofos (DURIGUETTO, 2014, p. 282-283) por produzirem e reproduzirem uma “concepção de mundo” que conserve o sistema social e o poder da classe social hegemônica. Em contrapartida, os intelectuais orgânicos advêm de uma necessidade que toda classe social demanda de sua gênese.

...“os intelectuais orgânicos que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”.

(DURIGUETTO, 2014, p. 282)

Dessa maneira, o intelectual contribui para legitimidade da “concepção de mundo” e da ideologia de uma classe social. Sendo o intermediador da relação entre a classe social que representa com o Estado. Devido ao seu caráter de exercício organizativo, o intelectual molda muitas das relações sociais (culturais, políticas-administrativas ou produtivas).

(DURIGUETTO, 2014, p. 270) A organicidade deriva da relação que o intelectual constrói com um grupo social. Seja por interesse de estudo seja por uma identificação, ele interage e contribui para a constituição da classe, formulando sua consistência e sua “concepção de mundo” (que apenas pode ser construída com a vivência e experiência advinda de tal relação). (DURIGUETTO, 2014, p. 280) Possuindo como principal “tarefa” a de auxiliar uma classe social a superar e construir independência das classes sociais hegemônicas por meio do desenvolvimento científico-filosófico, educativo-cultural e a político. Ou seja, o desdobramento de criticidade, constituição de uma autoconsciência, auto identidade e o planejamento de agência política (seja por militância, partidos ou sindicatos) desenvolve a classe para outro patamar (MARTINS, 2011, p. 140).

Contudo, para Gramsci, os intelectuais não formam uma classe social, mas são indivíduos que possuem uma função social na qual está correlato– de forma orgânica – as demandas de outras classes sociais. Postula também que “não existe uma classe independente de intelectuais, mas todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si” (DURIGUETTO, 2014, p. 272). Os intelectuais se adequam aos padrões dos que pertencem a classe historicamente tradicional, construindo um “sistema de solidariedade entre todos os intelectuais com laços de ordem psicológica” (Idem, p. 272). Tal laço se constrói por meio de um reconhecimento de identidade funcional (identificam-se pela sua função social). Logo, muitas das vezes, cooperam entre si e compartilham conhecimentos e “concepções de mundo”, fenômeno no qual o autor chama de “transformismo”. (MARTINS, 2011, p. 145) Porém, suas ideias podem vir a se divergir de acordo com a classe social que o intelectual se insere.

Nessa perspectiva, a relação da luta pela hegemonia se resume em uma competição entre as classes na busca de obter uma “concepção de mundo” que prevaleça sobre as demais. O papel do intelectual orgânico nesse processo seria aquilo que o autor chama de “reforma intelectual moral”. Sendo a prática de formar uma consciência crítica a uma classe e conceder-lhe uma concepção de mundo própria que esteja atrelado a sua realidade alcançando independência dos sentidos comuns e das concepções de mundo hegemônicas. Assim, a classe social subalterna ou em ascensão passa a consolidar, por meio do trabalho do intelectual, maior homogeneidade, consistência e consciência da sua própria função social e econômica. (DURIGUETTO, 2014, p. 291-292)

Outrossim, para Gramsci, o intelectual orgânico procura auxiliar e guiar as classes subalternas para a conquista da hegemonia ideológica. Portanto, dentro dessa ótica o intelectual

é um agente no campo da sociedade civil e política, mediando e consolidando bases paradigmáticas para ascender ou manter uma classe social na posição de supremacia.

Em síntese, na visão de Gramsci o intelectual é um agente com uma determinada função social, a de construção ou conservação da “concepção de mundo” de uma determinada classe social na luta pela hegemonia, atuando em instituições, que são independentes ou não legitimadas pelo Estado, em movimentos partidários e/ou militantes. A principal diferença entre os intelectuais tradicionais e os orgânicos está em sua origem e forma de atuação. Enquanto os primeiros agem servindo apenas às classes soberanas, os orgânicos mesclam-se com as demais classes, agindo de forma militante e política.

1.2 Mills e a artesanato intelectual.

Charles Wright Mills, sociólogo americano, não buscou classificar o intelectual, diferentemente dos demais estudiosos desse campo, mas se propôs em ressaltar a necessidade do exercício intelectual sociológico na contemporaneidade.

Na obra “A Imaginação Sociológica” publicada em 1959, Mills inicia sua obra com uma “promessa”; buscar a recuperação e a vocação da sociologia clássica, apontando sua importância para os dias atuais.

À priori, o autor apresenta a enorme crise em que a sociedade está passando. A crise dos valores. Inicialmente, Mills afirma que as pessoas (de modo geral) têm se sentido limitadas em seu cotidiano. Enxergam apenas “pelas órbitas privadas em que vivem” (MILLS, 1965, p. 9), limitando-se em seus espaços. Não percebem que as mudanças em suas vidas estão interconectadas com a estrutura social como um todo. Por assim, exemplificando, o desemprego massivo não é culpa do indivíduo, mas de uma crise econômica. Logo, o problema não é pessoal, mas estrutural (MILLS, 1965, p. 15-16).

Mills postula que há uma demanda social pela busca da compreensão da estrutura social e como essa afeta os indivíduos nela inseridos.

“Aquilo que experimentamos em vários e específicos ambientes de pequena escala, já o observei, é com frequência causado pelas modificações estruturais. Assim, para compreender as modificações de muitos ambientes pessoais, temos necessidade de olhar além deles. E o número e variedade dessas modificações estruturais aumentam à medida que as instituições dentro das quais

vivemos se tornam mais gerais e mais complicadamente ligadas entre si. Ter consciência da ideia da estrutura social e utilizá-la com sensibilidade é ser capaz de identificar as ligações entre uma grande variedade de ambientes de pequena escala. Ser capaz de usar isso é possuir a imaginação sociológica”

(MILLS, 1965, p. 17)

Logo, todo indivíduo constrói sua própria biografia dentro de um determinado contexto histórico. Suas ações, por menor que sejam, contribuem para o condicionamento de sua sociedade e para o curso da história. (MILLS, 1965, p. 12) Assim, tanto a história quanto a estrutura social o influencia. O uso da imaginação sociológica é, portanto, a tomada de consciência da biografia com a história.

Além do mais, afirma que o maior e principal perigo do homem é a forma estrutural de produção (*in lato senso*) desregrada, alienante, modificadoras dos *modus vivendis* – como condições e objetivos de vida – da humanidade. Ou seja, as instituições e a forma estrutural modelam e condicionam diversos fatores na vida cotidiana dos indivíduos na sociedade, acarretando em mudanças nas formas de pensar e sentir. (MILLS, 1965, p. 20)

Desse modo, o autor frisa que precisa haver “uma qualidade de espírito que lhes ajude a usar a informação e a desenvolver a razão, a fim de perceber... o que está ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmos” (MILLS, 1965, p. 11). Tal qualidade de espírito seria saciada pela imaginação sociológica.

A imaginação sociológica é uma qualidade que promete “um entendimento das realidades íntimas de nós mesmos, em ligação com realidades sociais mais amplas”, (MILLS, 1965, p. 22) proporcionando uma sensibilidade às questões mais humanas. Para isso, o possuidor de tal qualidade capacita a compreender o cenário histórico lato, correlacionando-o com a biografia de sua pessoa ou de outras, possibilitando adquirir a compreensão da relação entre história e biografias na sociedade.

Essa capacidade de compreensão, para o autor, seria a tarefa e a promessa da sociologia. O fazer sociológico é fundamental para o levantamento de determinadas indagações em específico, nas quais são: (1) quais são os componentes e como se relacionam na estrutura de uma sociedade? (2) Como essa sociedade se desenvolveu e quais são suas características essenciais? (3) Que tipo de “natureza humana” predomina nessa sociedade? Possibilitando uma análise macroestrutural de uma sociedade em específico. (MILLS, 1965, p. 13)

Logo, o trabalho sociológico para o autor, seria apenas possível por meio da imaginação sociológica. O foco em fazer pesquisas que identifiquem as principais questões públicas para a coletividade, as maiores preocupações entre os indivíduos em seus “*Zeitgeist*” (o espírito da época), indagando quais são as contradições estruturais em uma sociedade. (MILLS, 1965, p. 17) Tendo como um instrumento essencial a distinção entre “as perturbações pessoais originadas no meio mais próximo” e “as questões públicas da estrutura social”. Sendo, portanto, a soma de “perturbações”¹⁰ que se enquadram na entidade biográfica individual com as “questões”¹¹ que estão ligadas aos problemas generalizados da sociedade. (MILLS, 1965, p. 14-15) Por assim, o intelectual seria responsável por moldar novas visões de mundo com o intuito de saciar essa demanda social de entender o que ocorre na contemporaneidade; transformando a visão da realidade micro em uma percepção macro social :

“Hoje, a principal tarefa intelectual e política do cientista social... é deixar claros os elementos da inquietação e da indiferença contemporâneas... as Ciências Sociais se estão transformando no denominador comum de nosso período cultural, e a imaginação sociológica na qualidade intelectual que mais necessitamos.”

(MILLS, 1965, p. 20)

A saliência nas Ciências Sociais decorre de sua forma de estudo expansiva. Por ser um campo de estudo capaz de interconectar diretamente a biografia dos indivíduos com as histórias das sociedades. Possibilitando a atribuição às respostas diretas aos problemas sociais contemporâneos.¹²

Outrossim, a reflexão intelectual tende a se tornar um “denominador” da vida social, ou seja, a produção intelectual constrói fórmulas de pensamento que moldam a vida social. Por meio da legitimação dos processos de “técnica de laboratório”, o intelectual se tornou capacitado a formular, testar, reafirmar ou não suas hipóteses e teorias. A legitimidade institucional passou a possibilitar que tais produções de conhecimento ganhem seu

¹⁰ Definido na página 14 (*idem*) como sendo um fato que ocorre diretamente a consciência do indivíduo.

¹¹ Definido na página 15 (*idem*) como sendo um fato ligado a assuntos do ambiente. Externo e perceptível ao indivíduo.

¹² Nesse mesmo texto explica o porquê a física perdeu sua legitimidade como ciência que sacie a agonia social vigente. Assim como a literatura e as artes não possuem aparato técnico científico para decorrer sobre.

reconhecimento. A substituição da “técnica de laboratório” pela imaginação sociológica. (MILLS, 1965, p. 21)

Porém, mesmo as ciências sociais sendo a principal produção intelectual para saciar as demandas dessa “crise”¹³ contemporânea, elas não têm efetuado tal função.¹⁴ Devido à preocupação “moral” do rumo de seus estudos. Há também uma crise em relação à procura de assuntos relevantes e de criação de trabalhos significativos:

“Atualmente, entre os cientistas sociais, há uma apreensão generalizada tanto intelectual como a moral sobre a direção que seus estudos estão tomando. Essa apreensão... são... parte de um mal-estar geral contemporâneo da vida intelectual... devido à natureza dos assuntos de que se ocupam e à necessidade urgente de um trabalho significativo”.

(MILLS, 1965, p. 26-27)

Em suma, a ciência social tem se transformado em “um corpo de técnicas burocráticas que inibem a pesquisa social com suas pretensões metodológicas” (*idem*, p. 27). Ademais, tal campo de estudo tem perdido sua relevância. Por ter adotado um modelo metodológico que se prende aos conceitos “obscurantistas” ou por adentrarem as temáticas de insignificância pública. De acordo com Mills, as ciências sociais decaíram em inibições (o modelo técnico burocrático), obscuridades (no linguajar esotérico acadêmico) e em vulgarizações (pesquisas com temas insignificantes).

Por assim, o autor critica as formas de metodologia e de análise usadas nas pesquisas nas ciências sociais em sua época (*idem*, p. 31). Inicialmente, após fazer uma breve apresentação dos vários modelos, sua crítica se resume a multiplicidade de modelos pouco objetivos que focam a fatos desconexos e insignificantes e, acabam por apresentar apenas explicações de ambientes de pequena escala. À vista disso, demonstra a decadência da sociologia por ter perdido sua relevância científica, pelo fato de adotarem pesquisas pequenas e por buscarem

¹³ Mills define crise como sendo: “quando pessoas estimam certos valores e não sentem que sobre eles pesa qualquer ameaça, experimentam o *bem-estar*. Quando os estimam, mas sentem que estão ameaçados, experimentam uma crise – seja como problema pessoal ou como questão pública”. (MILLS, 1965, p. 17)

¹⁴ De acordo com a leitura da obra de Mills, “A Imaginação Sociológica”, as Ciências Sociais se restringiram no academicismo institucional e na comunidade científica, negligenciando ou deixando de abordar, temáticas de interesse social geral. Acarretando em um déficit na “imaginação Sociológica”.

teorias universalistas. Com isso, Mills busca restaurar a metodologia dos clássicos que explica a relação entre história e as biografias pessoais.

Não obstante, o autor ressalta o modelo de análise clássica como sendo “um conjunto estável e utilizável de tradições” (*idem*, p. 28). Pelo fato do modelo clássico valorizar o foco nas estruturas sociais históricas, tratando-as como tema de estudo, e por levantarem questões de grande importância ao interesse público.

De acordo com a análise do autor, haveria três tendências às ciências sociais: (1) a primeira como sendo “um empreendimento enciclopédico, ocupando-se da totalidade da vida social do homem”. Por meio de uma sistematização das fontes materiais históricas, o sociólogo constrói um modelo teórico de interpretação; (2) a segunda foca na construção de uma teoria sistematizada da “natureza do homem”. Em outras palavras, uma forma de interpretar os hábitos e comportamentos das pessoas de uma determinada comunidade em certo período de tempo; (3) o terceiro se debruça em estudos empíricos dos fatos e problemas sociais contemporâneos. Sendo, para o autor, a pior das tendências. Pois, os estudos de vários contextos específicos podem facilmente tornarem-se fatos desconexos e por assim, insignificantes, principalmente para a compreensão do todo. (MILLS, 1965, p. 30)

Por fim, para Mills as ciências sociais possuem as ferramentas para solucionar a crise contemporânea. Porém, é necessário que este campo científico saia da esfera da especificidade, da empiria irrisória, da generalização, deixando de tratar sobre assuntos demasiadamente abstratos e passe a focar em estudos que almejem a compreender a sociedade, por meio da imaginação sociológica, atenda as demandas sociais.

1.3 Mannheim e a Intelligentsia

Na segunda parte de seu livro “Sociologia da Cultura”, Karl Mannheim aprofunda sua análise sobre o problema da “intelligentsia” enquanto seu papel na sociedade no passado e no presente. Por assim, inicia esse capítulo afirmando que há um florescimento de autoconsciência crescente nos grupos sociais. Um pensamento orientado pela busca de novos horizontes, formas diferentes de saber, “ procura perscrutar cada nova verdade, descobrindo nesse processo a natureza fortuita das situações particulares”. (MANNHEIM, 1974, p. 70)

Por assim, inicia esse capítulo afirmando que há um florescimento de autoconsciência crescente nos grupos sociais. No qual a “inteligibilidade tornou-se essencial” (MANNHEIM, 1974, p. 69). Resultado do distanciamento do homem moderno com as crenças e da constante transformação e autoconstrução da informação.

Dessa forma, a história, como disciplina explicadora do mundo, cedeu espaço para a sociologia. No que aborda a esfera da auto compreensão, a visão holística do mundo e suas relações e da capacidade de empatia as outras formas de interpretar o mundo. A racionalidade tornou-se a lente hermenêutica da sociedade contemporânea e a ciência, seu guia.

“Nossa época caracteriza-se não só por uma crescente autoconsciência como também por nossa capacidade de determinar a natureza concreta dessa consciência: vivemos num tempo de existência social consciente. Este processo de auto-esclarecimento começou de baixo para cima...”

(MANNHEIM, 1974, p. 73)

Segundo o autor, o processo de autoconsciência teve sua emergência no pensamento do proletariado, manifestando posteriormente a todas as classes sociais. Logo, a consciência social é universal, independente da classe, do sexo, do gênero e da cor. Dois foram os fatores primordiais que tornaram possível tal processo, são eles: (1) o desenvolvimento da variedade de controles que substituem o poder coercivo (entende-se como burocratização do sistema); (2) e o maior controle educacional e disciplinar.

Com o aumento da demanda de renovação e compreensão das constantes mudanças sociais exigidas pelo mercado competitivo, acabou por acarretar no crescimento da racionalidade e, por consequência no processo de consciência social. Conquanto, a consciência social culminou no desenvolvimento de perspectivas próprias sobre o mundo, desengajadas da interpretação pública já existente, autônomas e desvinculadas com o senso comum (MANNHEIM, 1974, p. 76).

Destarte disso, o autor propõe um esboço teórico para a Sociologia da “intelligentsia”. Definindo que o surgimento da intelligentsia marca a última fase do crescimento da consciência social por ter sido o último grupo buscar a auto compreensão pela sociologia.

Ao começarem a interpretar-se por meio da sociologia, com base nas percepções conquistadas pelo proletariado, passaram a perceber que se encontravam em uma posição de subserviência a outras classes (MANNHEIM, 1974, p. 78). Em outras palavras, não eram os únicos interpretes do mundo, mas eram servidores de outras classes.

Porém a “*intelligentsia não é de modo algum uma classe... não pode formar um partido... é incapaz de realizar ações articuladas*” (MANNHEIM, 1974, p. 80), fracionada em diversos espaços de atuação, em localidades geográficas e culturas distintas. Marcados, principalmente por serem “um agregado situado entre e não acima das classes” (*idem*, p. 81), possuindo, às vezes, alguma orientação particular pelas lutas de alguma classe, conflitos políticos ou interesses partidários. Filiados em movimentos sociais, os intelectuais são treinados e equipados para afrontar, por meio de várias perspectivas, aos problemas a eles expostos. Flexíveis aos pontos de vistas apresentados se tornam capazes de experimentar concomitantemente diversas perspectivas divergentes do mesmo objeto. Logo, tornam-se portadores de uma visão mais abrangente e menos polarizada.

Mannheim, com base nesse esboço teórico, propõe desenvolver uma relação entre classe social e intelectual. Inicia, apresentando como a teoria marxista se posiciona a esse objeto. Por meio da taxionomia por classes sociais, determinam o indivíduo por meio de sua “posição de classe” definido nos seguintes critérios: quando as afinidades de interesses, prerrogativas, oportunidades econômicas, habitats sociais, comportamento, modos/tendências em agir coletivamente correspondam – de modo generalizado – a características comuns de um conjunto de indivíduos (*Idem*, p. 82). Ou seja, fatores comuns na realidade de várias pessoas, determinando suas formas de agir e pensar.

Porém, para o autor, essa forma de análise é deveras limitada, determinista e incapaz de identificar as formas que o indivíduo age, pensa e sente. Isso, pois, todo humano em sua trajetória de vida, perpassa por diferentes habitats sociais, convive com pessoas de diferentes classes e vivencia diversas formas de conhecimento.

“Estas considerações não terão sentido enquanto se aceitar a dogmática concepção de classe apresentada pela teoria marxista. Desse ponto de vista, não se pode tratar adequadamente a *intelligentsia* enquanto fenômeno social... O marxismo concebe classe como tendo uma natureza macro-humana, e o indivíduo como mero instrumento de um Leviatã coletivo. Na visão, a classe parece ser tão independente das percepções e reações do indivíduo como eram os universais na Idade Média... Dessa perspectiva, não se consegue apreender um fenômeno tão evasivo e ambivalente como a *intelligentsia* declarando irrelevantes as nuances distintivas que delineiam e passando a identificá-la com alguma classe ou considera-la a reboque dessa ou daquela classe.”

(MANNHEIM, 1974, p. 84-85)

Dessa forma, postula que o conceito de classe, no quesito de formas de comportamento e preferências pessoais, não consegue explicar todas as ações do indivíduo concreto. Logo, para Mannheim, o indivíduo apenas pode ser compreendido através da análise de sua vivência múltipla em vários grupos onde ocorreu seu processo de individualização e identidade.

Por assim, o autor formula tipos de “*intelligentsia*” situado em diferentes estágios. À priori, o maior atributo de um intelectual seria seu contato com a diversidade cultural, forma holística de ver e pensar. Destarte, haveria três condições que contribuem a formação de um intelectual: sua posição social, a educação e sua renda. Contudo, (1) o primeiro estágio na avaliação das ocupações intelectuais frisa naquele que exerce atividade intelectual não manual, possuidor de uma diversidade de meios e instrumentos de trabalho vocacional, com foco no fazer o exercício intelectual (a crítica, estudo e busca do saber); (2) o segundo, por sua vez, implica no *status social* de atividade profissional liberal e ofício, o seu trabalho vocacional referente a uma camada social, sua autossuficiência que resulte em um cultivo de desinteresse ao cumprimento de uma missão; (3) a terceira é a análise baseada na diferenciação entre os cultos e incultos. Fenômeno que ocorre principalmente nas pequenas cidades. Entretanto, tal critério tem perdido a vigência com a ascensão do Estado absoluto e burocrático que é constituído pela estrutura hierárquica de certificados.

Para Mannheim o conhecimento do intelectual contemporâneo se desenvolve pelo “continuum da experiência cotidiana” (MANNHEIM, 1974, p. 90) adaptando-se a prática da resolução de problemas práticos. Outra característica seria pelo seu aprendizado e transmissão de conteúdo “esotérico” – adquirido dentro do sistema escolar. Ademais, possui a disposição flexível de seus pensamentos, reavaliando-os e estando aberto a começar novamente. Possuindo, por essa capacidade, a potencialidade de empatia, compreender outras perspectivas e de “pôr-se no lugar do outro” (*Idem.* p. 93).

“A educação nos ensina a descobrir nossa própria problemática de povos distantes e a compreender outros pontos de vista através da redefinição do nosso...As vantagens da educação... Consistem na expansão do eu através da participação de uma cultura multipolar...Um indivíduo... Pode elevar-se sobre o fatalismo e o fanatismo de existências solitárias, sejam de indivíduos, vocações ou nações.”

(*Idem.* p. 94)

Contudo, avisa o autor, que há uma desvantagem enquanto a empatia. Pois, acaba resultando a isenção do “eu”, o autoquestionamento e a incerteza de tudo. Assim, o ceticismo se torna presente na vida do intelectual, a ausência de verdade, garantindo um “Estado de incerteza fértil” (*Idem.* p. 94). Por assim, a *intelligentsia* moderna se torna fragmentada e polarizada. Isso, pelo fato de haverem várias visões e opiniões multipolarizadas, não concretizando e nem fixando um grupo de intelectuais que atuem em comunhão.

A *intelligentsia* tem ocupado papéis históricos fundamentais. Pois, a base do pensamento social moderno foi construída com o processo intelectual como sendo um desenvolvimento multipolar de visões. Em outras palavras, os fluxos de interações entre pensamentos dos intelectuais contribuíram para a formação da mentalidade moderna. Por conseguinte, os intelectuais que produzem ideias e ideologias são as principais engrenagens que ligam a “dinâmica social” com a ideação. (MANNHEIM, 1974, p. 96) Como porta vozes de certas visões – pessoais e/ou de um determinado grupo social – unem-se a grupos sociais em específico. Tal fenômeno poderia ser explicado, segundo Mannheim por meio de quatro diretrizes:

1. Seria por meio da identificação da origem social do intelectual. No que permitiria encontrar os impulsos grupais que o influenciara.
Logo, compreendendo seu *status* anterior ao seu ingresso a um determinado grupo. Pode-se perceber as mudanças de sua personalidade anterior e posterior. Identificando, também, as características que o fez simpatizar, com o grupo em específico.
2. Por meio de suas associações particulares. A relação que os intelectuais foram “convocados” a atender alguma demanda de algum grupo em específico.

“Os intelectuais só se tornaram elementos exógenos a partir das revoluções de classe média. Antes do advento da burguesia, a sofisticação é uma característica do *status* e da educação, não existindo fora da aristocracia. O tipo humano que encarna o ideal da época representa tudo o que é digno de valor, e o modelo desse ideal não é apenas o poeta, o artista e o erudito, mas também o funcionário e, sobretudo, o político”

(MANNHEIM, 1974, p. 105)

Logo, pode-se compreender que a ascensão da classe média, não apenas possibilitou a uma democratização do conhecimento por meio da expansão da educação, como emancipou a atuação do intelectual para dentro do sistema estrutural político.

3. Por meio da mobilidade ascendente ou descendente do intelectual. No que o autor difere em dois tipos de ascensão, a) individual direcionada a um “grupo aberto”, e b) individual por meio de um estrato fechado.
4. Por meio da identificação da *intelligentsia* formada por pessoas “deslocadas e contidas”. De acordo com o autor, pessoas com tais características possuem maior propensão ao desenvolvimento de autoconsciência, privilegiando, assim, o florescimento intelectual (*Idem.* p. 116).

Postula que a mudança de um grupo social para outro é um processo que, naturalmente, tende a fazer o indivíduo abraçar o ceticismo como estilo de vida. (*Idem.* p. 123).

Os que se desenvolvem por meio desse fator são diferenciados dos demais. Pois os intelectuais que se desenvolvem por outros meios tendem a se manterem com grandes ideias, utopias, terem comportamento auto afirmativo...

5. Por meio de sua função na sociedade inclusiva (o *habitat* social). Com a contribuição das relações “simbióticas” que o intelectual faz com outras classes sociais, pode, por meio dessa ação, promover a formação de grupos sociais específicos. Assumindo uma posição, definindo seu “lugar de atuação”. O *habitat* social é constituído por pequenas comunidades e médias. Lá, o intelectual é persuasivo e suas ideias têm um caráter duradouro. Outro cenário seria o institucional como a sua atuação em igrejas, partidos políticos ou como funcionários em organizações públicas. Há também os intelectuais desvinculados, independentes, fluem entre grupos sociais e instituições, possuindo um caráter híbrido, variável e flexível (seriam escritores, jornalistas, acadêmicos...).

Por fim, em relação a esses fatores o autor conclui que um método de análise por meio da definição restrita de uma classe social não é suficiente para compreender as ações dos intelectuais, nem os fatores que os influenciam. Frisando os principais aspectos a serem observados como:

“...os ascendentes sociais do indivíduo; a fase específica da curva de sua carreira... se ele ascende individualmente ou enquanto membro de um grupo; se ele se encontra bloqueado em seu avanço ou decaído à sua situação inicial; a fase de um movimento social do qual participa... seu *habitat* social; e finalmente, o tipo de agrupamento no qual desenvolve suas atividades.”

(MANNHEIM, 1974, p. 128)

Dessa forma, o autor afirma que haveria uma “história natural do intelectual” como sendo características psicológicas comuns entre os indivíduos da *intelligentsia*. A mais marcante seria a capacidade de alheamento e abstração do intelectual como sendo uma “propensão a evitar as preocupações práticas da sociedade” (*Idem.* p. 128). Por assim, tal capacidade pode evitar limitações baseadas em certas ocupações e interesses. Sendo, portanto, um potencial de afastar-se do objeto e continuar a “senti-lo”, num Estado de descompromisso. Logo, o intelectual “examina crises numa perspectiva ampla ou se coloque num nível de abstração sem conseqüências” (*Idem.* p. 129).

Contudo, o principal objetivo da *intelligentsia* seria a busca de “saber e prever para agir”. Compreender o funcionamento, as causas e o sentido de um objeto de estudo.

Outrossim, o autor aponta que os intelectuais possuem uma tendência ao isolamento. Isso devido à prática de pesquisar, fechando-se em seus estudos e convivendo com seus iguais. Refugiando-se a sua vida privada e excluindo-se de certos problemas públicos – na maioria os que se apresentam em seu espaço de vivencia. Outra característica seria o da esquizofrenia, advinda de uma crise entre seu mundo interior e o externo.

Postula o autor que há três tipos de história de vida de um intelectual. (1) a primeira seria a *intelligentsia* vocacional, os que fazem o agir intelectual sua carreira profissional. (2) o segundo seria o intelectual dos momentos de lazer, são aqueles que praticam o exercício intelectual em seus tempos livres, como se fosse um hobby. (3) por último os que são intelectuais apenas em um período de suas vidas. Como uma fase transitória. São aqueles que se apetezem por assuntos que “ultrapassam os interesses de carreira” (*Idem.* p. 132). Motivados por um “impulso de transcendência”, uma ânsia por conhecimento, uma busca em saciar suas dúvidas.

O autor ainda coloca que há certos “caminhos” que o intelectual tende a tomar. Ou seja, formas de pensar, nas quais são: uma visão estética da vida – “mestres na empatia”; especializarem em prazeres refinados – “os humanistas”; os que se tornam em sarcásticos e irônicos, são muito críticos da presunção e do filistinismo, grandes questionadores do senso comum. (*Idem.* p. 134).

Por fim, Mannheim descreve a situação contemporânea da *Intelligentsia*. Aponta que é na educação onde o “espírito de investigação” está decaindo, restringindo a investigação independente e a busca do saber. Isso, devido a burocratização da mesma. Fora que o processo de especialização tem deformado a emancipação intelectual. Pois é construído um ensino que molda o indivíduo para a realização de uma função especial. Ademais, o excesso de mecanismos de manipulação do conhecimento e a forma de preparação dos candidatos ao ingressar em uma instituição. Ou seja, o indivíduo é polido para adequar-se a um determinado comportamento. Entretanto, a comercialização do conhecimento é outro fator que molda os saberes dentro de um esquema pronto, simplificado. Por assim, diminui o esforço para adquiri-lo, há pouco reflexão sobre, sem questionamento é dado como uma informação técnica. O sistema de treinamento para a aquisição de certificados é outro fator, por meio da documentação que “garantem” o saber de alguém, formam uma estrutura de cursos e avaliações que empobrecem a reflexão e a busca do saber. Por fim, critica a educação de massas.

Portanto, Mannheim acaba por definir a função intelectual não como uma mera busca pessoal por conhecimento, mas a de “avaliar, diagnosticar e prognosticar, descobrir alternativas quando aparecem compreender e localizar os diferentes pontos de vista antes de rejeitá-los ou assimilá-los” (*Idem.* p. 138). Possuindo o papel de efetuar uma análise crítica do mundo, e assim, contribuir para a interpretação pública. Pessoas que moldem visões e explicações do mundo, de forma crítica, que auxiliem grupos a fazerem escolham e/ou ações na sociedade.

Capítulo 2

Contribuições para a sociologia dos intelectuais
de Foucault e Bourdieu.

2.1 Bourdieu e o *Homo Academicus*.

Para Pierre Bourdieu há vários tipos de intelectuais nos quais atuam em campos diversos e distintos. Há os intelectuais no campo da arte, da política dentre outros, mas na obra “*Homo Academicus*”, o autor se propôs a analisar o intelectual do campo em que ele mesmo se inseria. Identificando as dinâmicas sociais e mudanças que perpassam nesse espaço. Dessa forma, escolhi essa obra por ter uma presença auto analítica do autor, apresentando aspectos da realidade pessoal em que ele vivia.

Pierre Bourdieu na obra “*Homo Academicus*” (1984) faz uma análise sociológica da estrutura acadêmica nas universidades francesas na década de 80. Tendo como objeto central de seu estudo as faculdades de Letras, ciências Humanas, Direito e Medicina. O autor traça as relações de conflito e poder que permeiam tais campos frisando os interesses acadêmicos, as relações de força, a estrutura hierárquica, crises e rupturas.

O primeiro capítulo, “Um Livro para Queimar?”, apresenta as dificuldades de analisar um campo no qual o próprio autor está inserido. Por ser uma estrutura institucional fundada, sobretudo, na força da economia simbólica. O autor afirma que é complicada e complexa a realização dessa pesquisa. Contudo, justifica a escolha de seu objeto, apresenta o método utilizado e faz implicações éticas sobre o assunto.

O segundo capítulo, “O Conflito das faculdades”, demonstra a estrutura social hierárquica das faculdades e os conflitos presentes entre as disciplinas. A maior parte do poder instituído pelas autoridades do meio acadêmico é fundamentada no poder acadêmico (capital simbólico) e no capital cultural. Isso decorre pelo fato do meio acadêmico ser a institucionalização da produção de capital cultural. Logo, é atribuído aos indivíduos nela inseridos, posições de poder simbólico, legitimadas socialmente.

O primeiro conflito abordado é sobre a relação entre as gerações, professores, pesquisadores especializados mais velhos com os mais jovens, com ideias de inovações. Em outras palavras, um conflito entre sênior e Junior.

Ademais, postula que na educação superior “os professores de diferentes faculdades são distribuídos pelos polos de prestígios econômicos, políticos e culturais”¹⁵ (1984, p. 38) correspondendo aos formatos da classe dominante. Havendo uma dependência dessas instituições com os campos políticos e econômicos. Por assim, o campo universitário segue dois princípios de hierarquização, a social e a cultural.

Assim, o autor define os indicadores relevantes para sua análise sobre os acadêmicos. São elas: (1) os determinantes da formação do *habitus*, as oportunidades de acesso, o capital econômico, a herança cultural e capital social (desenhado pela suas origens sociais); (2) a educação recebida e seu sucesso nela; (3) o capital do poder acadêmico, ou seja, membro de alguma instituição; (4) o capital de poder científico, no que corresponde a ter relações com as instituições de produção científica que lhe dê acesso a produzir conhecimento, seja laboratórios, grupos de pesquisa dentre outros; (5) o capital de prestígio científico, ser membro de alguma instituição, participar de congressos internacionais, número de citações entre outras; (6) o capital de renome intelectual, que seria os contatos com redes de informação e divulgação; (7) o capital político ou poder econômico; (8) a disposição política de senso mais amplo, poder atuar em lugares do fazer político, como o congresso (BOURDIEU, 1984, p. 39).

Por conseguinte, analisando estatisticamente o perfil dos acadêmicos, Bourdieu define que os fatores correspondentes ao indicador de número 1 são determinantes para a emergência de um indivíduo à posição acadêmica. A herança de capital cultural tende a posicionar o indivíduo à frente dos demais. Salientando que habitualmente o acúmulo de capital cultural pende a ocorrer nos polos de concentração de capital econômico. Contudo, oportunidades de estudar em escolas melhores, fazer intercâmbio e viajar são mais propícios aos grupos mais abastados economicamente. Logo, um fator acarreta o outro. O capital econômico preconiza maior potencial ao desenvolvimento de capital cultural.

O sistema acadêmico possui um funcionamento próprio. Sustentado em um modelo de tradição institucionalizada. Havendo uma ideologia voltada no ter uma função social, um estilo de vida próprio e no fazer o “bem”. Havendo diversos procedimentos ritualísticos, a universidade demonstra reforçar a hierarquia e seu padrão estrutural de funcionamento (BOURDIEU, 1984, p. 51).

¹⁵ Tradução autoral.

Por isso, grande parte das relações de poder visa à reprodução desse sistema. A lógica de prestígios e reconhecimento acaba por criar uma esfera de concentração de poder àqueles que possuem tais fatores (instrumentos e oportunidades). Contudo, o funcionamento da estrutura circuncisa a manutenção dessa estrutura de poder fundamentada nos campos de pesquisa (por faculdade ou por disciplina).

Não obstante, Bourdieu assume que o maior fator que acarreta na competitividade entre os acadêmicos encontra-se na busca de recursos para a produção acadêmica. Tendo como principal finalidade o reconhecimento pelos seus pares no campo científico. O capital acadêmico se resume no status que o indivíduo possui. Nisso, o capital social, networks e financiamentos se tornam fatores almejados e concorridos. Dessa forma, o sistema se torna fechado, criando procedimentos seletivos exigentes para o ingresso de novos indivíduos. Construindo uma estrutura de poderes simbólicos que dificultam a ascensão dos acadêmicos juniores (professores subordinados).

Os indivíduos são selecionados para esse meio pela quantidade de capital cultural que carregam. Que advém das experiências e herança dos *habitus* de suas famílias. O acúmulo de capital cultural tende a ser encontrado, com maior frequência, nas famílias com alto capital econômico. O processo de seleção almeja encontrar indivíduo que compartilhem os *habitus* semelhantes daqueles que já fazem parte do campo. Portanto, busca por pessoas que melhor se adéquem a execução da reprodução da estrutura de poder.

Ao adentrar no campo, o indivíduo para se ascender deve construir seu capital social, ou seja, seu network, parceiros e professores para auxiliá-lo. Isso implica o sujeito a agir de uma determinada forma específica, seguindo as regras do *habitus* do campo acadêmico, sendo, muitas das vezes, por consequência, seguidor dos pensamentos de seu orientador. Logo, ele é treinado a incorporar o novo *habitus*. No que acarreta em um processo quase dogmático na relação de aluno e professor. Pois, o acadêmico ao orientar o estudante o direciona a seguir o seu tema de pesquisa, sua vertente teórica, e suas reflexões pessoais por fim, a continuar o seu legado e reproduzir a estrutura de poder. Adentrando numa especialização do saber. Por isso, muitas das vezes, os professores buscam manter os seus alunos numa relação de dependência pelo maior tempo possível, para evitar a criação de um novo concorrente.

O futuro do estudante passa a ser determinado pela sua escolha de orientador e de campo de pesquisa. Dependendo do status do seu orientador, e, portanto, de seu capital acadêmico (reconhecimento científico, contato e facilidade com publicações, quantidade de artigos e livros escritos, cargo em algum outro órgão), o estudante poderá ter maior ou menor facilidade em

publicar artigos, participar de congressos e dar continuidade a sua carreira acadêmica – por meio de indicações. Possibilitando a sua própria construção de capital social e acadêmico. (BOURDIEU, 1984, p. 93)

Os estudantes competem por recomendações para dar continuidade as suas carreiras acadêmicas. Os professores, por outro lado, disputam entre si pelo acúmulo de capital acadêmico e poder de influência.

Porém essa estrutura hierárquica e de acúmulo de poder (capital acadêmico) entrou em crise, segundo o autor. Com a influência do Estado e a pressão da demanda pela expansão do ensino superior – para atender maior parcela da educação e para internacionalizar as instituições¹⁶ – as universidades tiveram que mudar suas estruturas.

Para atender a demanda, não apenas teve que aumentar a estrutura física para atenderem mais alunos, como foi necessário o aumento do corpo docente. Com isso, o processo seletivo teve de ser alterado, o filtro de permeação a esse campo tornou-se mais flexível. Dando passagem a novos acadêmicos que possuíam ideias diferentes da estrutura tradicional.

Com isso, o conflito entre seniores e juniores pelo poder de capital acadêmico se intensificou. Por um lado, os acadêmicos mais antigos buscaram reforçar os métodos e processos de seleção tanto para entrar no campo quanto para a publicação em grandes revistas ou apresentação em congressos. Por outro, os mais novos buscaram democratizar o espaço de publicação acadêmica e da busca de recursos (capital econômico).

Bourdieu afirma que esse processo proporcionou em um aumento na pluralidade do corpo docente. Pessoas de origens sociais e pensamentos diferentes. Modificando radicalmente o *habitus* do campo acadêmico.

Isso acarretou também em uma crise na sucessão. Os seniores passaram a ter dificuldades com o processo de seleção. Agora que o monopólio da monografia não mais lhes pertencia. A formação de seguidores e alunos para manter a estrutura tradicional hierárquica ficou mais difícil de ser executada. A entrada de novos acadêmicos com ideias e energia para inovações do sistema se tornou inevitável.

Pelo fato dos novos juniores adentrarem o campo acadêmico com certo capital social, passaram a crescer e se tornarem capazes de competir com os seniores. No que desenvolveu em

¹⁶ No que implica o aumento de produção acadêmica, atrair mais alunos e professores estrangeiros e desenvolver projetos de pesquisas com outras universidades.

um colapso no sistema hierárquico. O monopólio de cargos acadêmicos e de controle sobre as formas de seleção para ingressar no campo chegou ao fim. O processo de seleção passou a analisar sobre tudo a qualidade de produção acadêmica científica e dar menos valor nos aspectos de preferências pessoais. (BOURDIEU, 1984, p. 142)

De qualquer forma, o peso do poder do capital acadêmico continua a manter os seniores em posições privilegiadas. Mesmo o ingresso ao campo tendo sido flexibilizado, a forma de ascensão permaneceu com suas dificuldades, devido ao esquema hierárquico institucional acadêmico. O poder simbólico de certos cargos institucionais passou a ser mais utilizados como instrumentos de dominação e obediência. Tornando-se instrumentos cruciais para a manutenção da estrutura hierárquica fragilizada.

Por fim, a crise na estrutura do poder acadêmico tem se agravado. Um novo modelo de *habitus* está emergindo das relações de poder entre os acadêmicos. Assim como tais instituições estão sofrendo mudanças de adaptação para atender as novas demandas do mercado e da população.

2.2 Foucault e o intelectual específico.

Foucault pensa o intelectual como um conceito totalmente atrelado com a ação política. Havendo dois tipos, o específico e o universal.

O intelectual universal se caracteriza por ser uma pessoa que faz uma atuação regional local que acarreta em consequências sociais. É o portador da voz de um grupo social, sendo o representante desse, assumindo a forma de um agente político. Tais intelectuais se consideravam como possuidores de uma consciência universal, conhecedor de várias áreas do conhecimento. Sendo considerado pelo grupo que representa com a ideia de ser àquele que impõe a justiça, da lei ideal e atuante contra o despotismo.

Por outro lado, o intelectual específico é aquele que se especializa em um problema, temática ou objeto delimitado. Não se dirige às massas sociais, mas se aproxima aos grupos que lutam por algo bem definido.

O autor descreve que houve uma transição do intelectual universal para o específico. Um processo social que colocou de lado a demanda e a valorização do conhecimento geral e passou a salientar a importância por conhecimentos especializados. O escritor foi perdendo seu espaço

de influência e o acadêmico universitário teve sua ascensão. Atuando em instituições produtoras de conhecimento legitimadas pelo Estado, e assim, o acadêmico ganhou um espaço de maior interferência na política. Devido ao conhecimento especializado sobre determinada matéria, os estudiosos sobre assuntos delimitados passaram ser mais requisitados para opinar sobre.

Para Foucault, a produção de saber está totalmente correlacionada com o poder. Por assim, entende que *“o poder, em geral, não saberia exercer-se se a verdade não é manifestada”*. (YAZBEK, 2012, p. 253). Por meio desse raciocínio o autor traça o processo de construção da verdade e a quem ele pertence.

O intelectual universal era o representante de grupos sociais que apontava como ocorria os fenômenos da vida, as causas e as soluções. A população que os legitimava passou a ter autoconsciência de suas próprias realidades. Agora, o que precisavam era de alguém que agisse e os guiasse na luta contra as barreiras sociais que impedem seus discursos.

No capítulo “Os Intelectuais e o Poder” na obra “A microfísica do Poder”, Foucault foca na relação teoria-prática. Onde a atuação do intelectual não é mais de apenas construir a verdade, mas de agir politicamente com base nela:

“...um sistema de revezamentos em um conjunto, em uma multiplicidade de componentes ao mesmo tempo teóricos e práticos. Para nós, o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Aqueles que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles”.

(FOUCAULT, 1979, p. 257)

Contudo, os intelectuais perceberam que as massas já possuíam conhecimento de suas realidades. Mas o que os impedia de avançar é um sistema de poder que invalida suas formas de saberes. E o papel do intelectual se tornou o de enfrentar tal sistema, e, validar outras formas de saber.

Em seus estudos no Grupo de Informações sobre Prisões, Foucault percebe uma forma do papel do intelectual específico. Estudando apenas um determinado grupo, apreendeu as formas de saber daquele espaço e os “traduziu” para a linguagem socialmente legitimada, a acadêmica. Logo, elevou os prisioneiros a um nível de diálogo com Estado.

Portanto, a construção teórica não é universal, mas age como uma ideia que se multiplica. O poder seleciona as teorias que o legitima, as que podem ser úteis. Por assim, o intelectual que

constrói uma teoria que ratifica uma forma de conhecimento não legitimada, pertencente a um grupo subalterno, eleva essa visão de mundo à discussão, debate e ação política.

Contudo, o intelectual específico seria aquele que “possui o saber do poder” e “denuncia o poder do saber” (YAZBEK, 2012, p. 258). Ou seja, ele conhece a estrutura, linguagem e conteúdo do poder e por isso é capaz de denunciar suas “injustiças”. Um ser atuante que busca compreender as demandas de um determinado grupo social que não possui voz política, e, os auxilia na luta pelos seus direitos ou para consegui-los. As lutas que ocorrem produzem e usam como instrumento teorias locais.

Não obstante, afirma que há uma tendência de várias categorias profissionais assumirem posições políticas em determinados setores. Com o aumento da complexidade e divisões nos tipos de trabalhos e campos de estudo, acarreta em um crescimento na busca por pessoas com conhecimento mais capacitado para atuar e/ou aconselhar os setores políticos responsáveis por certas temáticas.

Capítulo 3

Comunidades Epistêmicas e a Sociologia dos Intelectuais.

3.1 As comunidades epistêmicas.

Peter Haas é um dos maiores estudiosos sobre essa temática. Define as comunidades epistêmicas como sendo uma rede de conhecimento constituída por experts de diferentes áreas unidos por uma determinada convicção política. O autor postula que esses grupos costumam possuir as seguintes características. O compartilhamento de: (1) um conjunto normativo e princípio de crenças nas quais produzem a base dos valores racionais para a ação social dos membros da comunidade; (2) crenças casuais que são derivadas da análise de práticas que conduzem e contribuem para o centro dos problemas que eles conhecem servindo de base para ligar as possibilidades de ações políticas e resultados esperados; (3) noções de validação; (4) empreendimento político comum, ou uma série de práticas associadas com uma série de problemas voltadas para seus campos de atuação profissional.¹⁷ (HAAS, 1992, p. 3)

Sobretudo, as comunidades epistêmicas constituem uma das principais fontes de suporte para a análises de programas políticos e ideias. Auxiliam a identificar as demandas e metas que um Estado precisa atender. Criam formas de ver e interpretar o mundo e/ou determinados fatos, como o próprio autor diz, criam epistemologias. Tais formas de paradigmas reverberam nos governos e tomadores de decisão a fazerem políticas públicas, a visualizarem a sociedade de outras formas, a definirem os interesses do Estado, a solucionarem conflitos de interesses, auxiliar no processo de ações de políticas públicas, a identificarem e entenderem problemas e demandas que estão emergindo.

De acordo Peter Haas o que distingue as comunidades epistêmicas dos demais grupos sociais seria sua composição de membros. Os indivíduos integrantes são pessoas portadoras de muitos conhecimentos diversos, produtoras de saber, e renomados em suas áreas de atuação. Habitualmente são acadêmicos, pesquisadores, assessores, consultores, servidores públicos e algumas vezes políticos. Além de agirem em prol de um ideal e/ou objetivo, produzem conhecimento que influencia a forma de ver o mundo, oferecendo, também, suporte às suas atuações políticas.

¹⁷ Tradução autoral.

Outrossim, as comunidades epistêmicas também se diferenciam pelo fato de ser um grupo cujo membros se encontram em várias regiões do globo. Conectados pela internet e viagens, interagem à longa distância. O autor afirma que essas comunidades possuem uma característica *sui generis*, a transparência de informação e valores entre os membros. Tanto os princípios quanto as crenças causais são compartilhadas, assim como os interesses pessoais e o conhecimento básico sobre os estudos/temática.

De acordo com o autor, as comunidades epistêmicas surgiram devida ao aumento de demanda por conhecimento técnico sobre assuntos de interesses públicos/políticos. Um dos principais marcos seria na segunda guerra mundial quando os governos buscaram auxílio aos físicos, pela corrida nuclear. Após a grande guerra os Estados passaram a criar mais agências, cada uma com uma especialização, um aumento significativo na burocratização do Estado. Resultando numa maior demanda por um corpo técnico especializado.

Logo, o Estado criando espaços de atuação para pessoas especializadas em conhecimentos precisos nos governos acarretou em possibilidades de maior atuação política para eles. Possuindo conhecimento sobre determinadas áreas e um certo poder político, puderam reivindicar opiniões e expressar seus interesses alcançando certo reconhecimento. Temas como o aquecimento global ou a imigração são levantados por essas pessoas que por meio de veículos de comunicação conseguem conscientizar várias pessoas sobre as problemáticas, acarretando em preocupações públicas e forçando (de certo modo) os governos a agirem.

Essas comunidades nem sempre agem como grupos formais, ou seja, institucionalizados. Seria mais a comunhão de vários intelectuais de diversas áreas do conhecimento unidos em agendas comuns. Por formularem e identificarem demandas no mundo, por terem meios de acesso a certos veículos de informação e a poderem políticos, passam a terem grande atuação social. Sendo além de um ator político internacional ou um agente de influência, as comunidades epistêmicas são vínculos coletivos de cooperação e compartilhamento de interpretação do mundo.

Hoje, segundo o autor, as comunidades possuem determinados nortes paradigmáticos e diversos tipos de metodologias. São elas: (1) positivismo empírico; (2) relativismo interpretativo fenomenológico; (3) neorrealismo; (4) institucionalismo neoliberal; (5) neofuncionalismo; (6) análise cognitiva. (HAAS, 1992, p. 398)

Tanto o positivismo empírico quanto o relativismo interpretativo fenomenológico se sustentam nas teorias das relações internacionais. Sendo o primeiro voltado nos fatos e nas

decisões políticas que os causaram, enquanto o segundo adentra numa perspectiva subjetiva com foco no interesse das ações políticas.

O neorealismo por sua vez recorre às suposições das políticas domésticas, da comunicação e socialização, da economia doméstica e mudanças tecnológicas para formularem uma dedução dos interesses do Estado. Assumindo que os atores internacionais possuem uma capacidade mínima para terem expectativas diferentes das tendências das mudanças estruturais. Creem que o sistema é “transparente”, sendo possível aos atores identificarem os interesses seus e de outros e, portanto, deduzir expectativas das estruturas de distribuição de poder. Com base na suposição da teoria da ação racional, o neorealismo adota uma ordem de preferências determinantes exógenas em suas análises, dividindo o fator da expectativa em dois níveis, o individual e o institucional que se encaixam no jogo político. Em síntese, é uma teoria que adota o indivíduo como um correspondente das mudanças da estrutura, tendo um apriorismo determinista.

O institucionalismo neoliberal é um método que “relaciona as instituições em interações dinâmicas entre jogos de políticas domésticas e internacionais”¹⁸ (HAAS, 1992, p. 369). Jogos definidos pela busca de interesses materiais desenhados pelas regras da barganha e da negociação, os atores são guiados e usam como justificativas os entendimentos epistêmicos moldados pelas comunidades aqui relatadas.

O neofuncionalismo e os estudos cognitivos não se debruçam em estudos que almejam explicar a transferência de poder do Estado nação para as instituições internacionais, mas buscam pautar o procedimento da criação científica em significados comuns. Como a ciência modela a semântica de certos fenômenos e objetos, alterando nosso comportamento em relação a eles. E na síntese entre entendimento político e científico surge essa nova forma de raciocínio. A definição do entendimento científico é clara, mas na política é necessário traçar certas perguntas como “quem aprende o que? Quando? Para beneficiar quem? E porquê?”¹⁹ (HAAS, 1992, p. 370)

O autor, por sua vez, propõe uma outra vertente de análise. Como postula, algo entre os estudos estruturalistas e interpretativos, algo voltado para um pós-estruturalismo, pós-positivismo de análise radicalmente interpretativa. (HAAS, 1992, p. 370) Adotando uma

¹⁸ Tradução autoral.

¹⁹ Tradução autoral.

ontologia que abarque os fatores históricos, interpretativos, forças estruturais, refletida numa epistemologia baseada em fortes elementos da intersubjetividade.²⁰ Metodologicamente, os estudos se debruçam sobre as palavras e discursos. Pois esses dois elementos, de acordo com o autor, são expressões empíricas das representações que os atores apreendem.

Contudo, entre a dicotomia entre as demandas políticas domésticas e internacionais, os tomadores de decisão e atores políticos abrem um hiato para a atuação dos membros das comunidades epistêmicas. Possibilitando atuações na inovação política (desenho de soluções de problemas, definindo interesses públicos, definindo objetivos); difusão política (repercussão de ideias e projetos aplicados em certos países em que houve êxito, influenciando outros a fazerem o mesmo); seleção política (seleção dos recursos para determinados projetos); e persistência política (a institucionalização de ideias e projetos políticos).

“Os membros das comunidades epistêmicas jogam tanto indiretamente quanto diretamente os papéis na coordenação política pela difusão de ideias e influenciando as posições adotadas por uma séria de atores, incluindo os de agências domésticas e internacionais, burocratas governamentais e tomadores de decisão, dos corpos legislativos e corporativos, e o público.”²¹

(HAAS, 1992, p. 379)

Por fim, as comunidades epistêmicas se consistem em indivíduos portadores de bagagem intelectual, técnica e de poder político e de influência, que compartilham uma mesma visão de mundo (um episteme). Criam novas formas de interpretar o mundo e novas ideias para as políticas domésticas e internacionais. Sua criação de ideias e formas de ver e entender as coisas se difundem nas crenças e representações coletivas, alterando o comportamento de populações.

²⁰ Tradução autoral.

²¹ Tradução autoral.

CONCLUSÃO

Introdução

Os estudos dos intelectuais proporcionam um entendimento sobre os criadores de opinião e produtores de conhecimento. Passando a compreender as engrenagens que articulam a repercussão e perpetuação de certas formas de pensar e agir sobre o mundo.

Na sociedade contemporânea com o avanço dos meios de comunicação e da divulgação de ideias, qualquer pessoa é capaz de criar uma nova ideia, uma nova visão de mundo, uma nova representação coletiva, que reproduzida, pode vir a se tornar em movimentos político-sociais. O que acaba diferenciando os intelectuais dos criadores de senso comum seria a qualidade da informação criada e/ou formulada. Ideias rasas podem facilmente ser superadas por outras mais lógicas e mais elaboradas. Não obstante, muitos dos intelectuais também possuem cargos de atuação política, como nas comunidades epistêmicas, como foi explanado.

Além do mais, são os intelectuais que constroem formas do saber que mais contribuem para o desenvolvimento de modelos interpretativos da realidade. Oferecendo material teórico para grupos sociais e indivíduos compreender com maior “consciência” a situação e a forma em que vivem. Ofertando também matéria prima para produção artística, cultural e político-social.

A própria sociologia dos intelectuais que se propôs a se debruçar sobre essa temática. Primeiramente, almejavam compreender a formação e o modo de atuação do intelectual. Posteriormente, ao perceber que esses fatores são relativos entre as experiências individuais, esse campo da sociologia passou a estudar as intervenções e resultado dos trabalhos dos intelectuais.

Portanto, o presente trabalho, apresentando um recorte breve sobre a “natureza”, ou papel social dos intelectuais frente a diversas perspectivas, apresenta uma ampla visão sobre a importância e a atuação deles na sociedade.

Conclusões

A sociologia dos intelectuais é, portanto, um subcampo da sociologia do conhecimento. Na introdução apresento a relação entre esses campos e as vertentes teóricas que derivam deles. Na sociológica clássica dos intelectuais explano três correntes teóricas, “Teoria de classe”, “os

intelectuais como uma classe em si” e “sem classe social”. Posteriormente, apresento as mudanças que teóricas que houveram nesse campo. Quanto aos estudos sobre o intelectual, tal campo deixou de buscar uma definição concisa que definia o intelectual e as suas formas de atuação na sociedade e passaram a analisar o como ocorre a intervenção dos intelectuais e suas consequências.

No primeiro capítulo, apresentei uma breve explicação dos principais teóricos de cada vertente da sociologia clássica dos intelectuais. Gramscie e seu conceito de intelectual orgânico; Mills e seu conceito do artesanato intelectual; e Mannheim sobre o problema da *Intelligentsia*.

No segundo capítulo apresentei as contribuições dos estudos de Bourdieu e Foucault para o campo de estudo sobre os intelectuais. Ambos falam sobre mudanças na dinâmica dos campos de produção de conhecimento. Bourdieu se debruça sobre as relações de poder no meio acadêmico, enquanto Foucault salienta sobre o crescimento do intelectual específico no campo de atuação da produção de conhecimento e atuação política.

No terceiro capítulo, aprofundi sobre as comunidades epistêmicas, o que são e o que fazem. As redes de network desenvolvidas entre produtores de conhecimento, agindo em comunhão em prol de uma agenda comum. Caracterizadas pelo fluxo e trocas de informações e pesquisas. Produzindo formas de saber interdisciplinares que server de subsídio para políticas públicas de vários Estados.

Logo, pode-se postular que houve uma transição sobre o “conceito” do intelectual. Antes como sendo um representante de um grupo, criador de opinião e se tornou um criador e aplicador de ideias no âmbito político. Sobretudo, sempre foram criadores de visões de mundo, de episteme, alterando o comportamento e a forma de pensar de milhares de pessoas. São criadores criativos criando.

Por fim, esse trabalho faz um prevê esboço do trajeto das teorias dos intelectuais. Perpassando pelas escolas clássicas às contemporâneas, salientando as percepções teóricas de determinados estudiosos do campo. Assim, saliento que as sociologia dos intelectuais não deve focar apenas no criador de conhecimento acadêmico, mas deve consideras as thinktanks, as comunidades epistêmicas, criadores de opinião pública e até personagens midiáticas e analisar suas influências na realidade social.

Bibliografia

ABRANTES, P. Para uma teoria da socialização. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto** , p. 121-139, 2011.

ANN SWIDLER, J. A. The New Sociology of Knowledge. **Annu Rev. Sociol.**, p. 305-329, 1994.

APPLE, M. **Educação e Poder**. São Paulo: Artmed, 2002.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção Social da Realidade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism**. New Jersey: University of California Press, 1986.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 295-336 p.

BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Cambridge: Stanford University Press, 1984.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. 41-64 p.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Campinas: Papyrus, 2004. 13-52 p.

BOURDIEU, P. Um Mundo à Parte. In: BOURDIEU, P. **Para uma Sociologia da Ciência**. [S.l.]: [s.n.], 2008. p. 51- 117.

CAMIC, C. A. N. G. The new sociology of ideas. In: CAMIC, C. A. N. G. **The Blackwell companion to sociology**. [S.l.]: [s.n.], 2001. p. 236-249.

CRUSOÉ, N. M. D. C. A Teoria das Representações Sociais em Moscovici e sua Importância para a Pesquisa em Educação. **Aprender Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, v. 2, p. 105-114, 2004.

DURIGUETTO, M. L. A Questão dos Intelectuais em Gramsci. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 118, p. 265-293, abr/jun 2014.

EYAL, G. From the Sociology of Intellectuals to the Sociology of Interventions. **Annual Review of Sociology**, Nova York, p. 117-137, agosto 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, M. Os Intelectuais e o Poder. In: FOUCAULT, M. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 251-262.

FOUCAULT, M. **A Ordem Do Discurso**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

HAAS, E. A. A. P. M. Conclusion: Epistemic Communities, World Order, and the Creation of a Reflective Research Program. In: HAAS, P. M. **International Organization**. Cambridge: The MIT Press, v. 46, 1992. p. 367-390.

HAAS, P. M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. In: HAAS, P. M. **International Organization**. Cambridge: The MIT Press, v. 46, 1992. Cap. 1, p. 1-35.

HAAS, P. M. Policy knowledge: Epistemic Communities. In: _____ **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. [S.l.]: Elsevier Science Ltd., 2001. p. 11578-11585.

HABERMAS, J. **The Theory of communicative action**. Boston: Beacon Press, 1984.

KURZMAN, C.; OWENS, L. The Sociology of Intellectuals. **Annual Reviews of Sociology**, Chapel Hill, n. 28, p. 63-90, 2002.

LATOUR, B. **On actor-network theory. A few classifications plus more than a few complications**. 4. ed. Paris: Science Studies-San Diego, v. 25, 1996.

MANNHEIM, K. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARTINS, M. F. Gramsci, os Intelectuais e suas Funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 131-148, set/dez 2011.

MERTON, R. K. Introdução da parte IV; capítulo XVII e XVIII. In: MERTON, R. K. **Sociologia -Teoria e Estrutura**. [S.l.]: 32, 2013. p. 637-662.

MILLS, C. W. **A Imaginação Sociológica**. 2º. ed. Rio de Janeiro: Zahar , 1965.

SCHLEIERMACHER, F. **Hermeneutics and Criticism and others writing**. Cambridge: University of Cambridge, 1998.

SOUZA, C. Políticas Públicas: umas revisão da literatura. **Sociologias** , Porto Alegre, v. 8, n. 6, p. 20-45, jul/dez 2006.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: EdUnB, 1980.

YAZBEK, A. C. A Transgressão do Universal: O Intelectual e o Poder em Michel Foucault. **Krinterion**, v. 125, p. 251-262, junho 2012.